

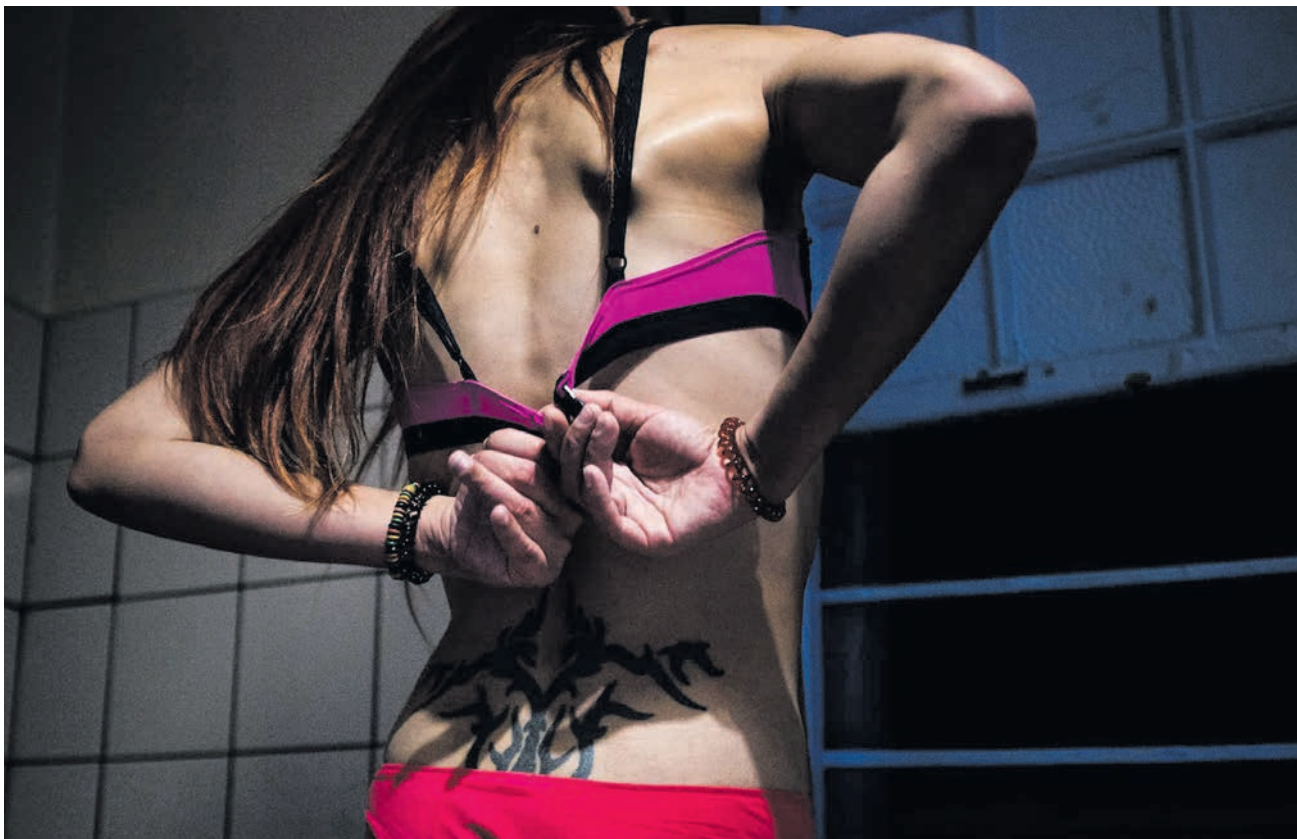


a Voz do Operário

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco

ANO 140 NÚMERO 3059 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA

OUTUBRO 2018 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



PROSTITUIÇÃO

Uma forma de violência contra as mulheres

A prostituição é inseparável das desigualdades sociais, da pobreza e da discriminação vivida pelas mulheres. Com a regulamentação na agenda política de alguns partidos, há vozes que argumentam que

os modelos implementados em vários países não resolveram, antes agravaram problemas. Dizem que legalizar o negócio significa legitimar uma forma de exploração física, psicológica e sexual. **págs. 6 e 7**



Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência

A CNOD organiza a maior iniciativa do país sobre deficiência que se realiza no dia 5 de outubro, em Palmela, sob o mote "Lutar pela inclusão, cumprir a Constituição". A organização espera centenas de participantes vindos de todo o país para debater temas como acessibilidade, emprego, vida independente, saúde e desporto. **págs. 13**



Partidos e petição exigem abertura do Adamastor

A Câmara Municipal de Lisboa aprovou moções apresentadas pelo PCP e pelo BE para que o miradouro não seja delimitado por vedações nem venha a ter um horário de acesso. O documento apresentado pelos comunistas reivindica que o Miradouro de Santa Catarina, mais conhecido como Adamastor, "continue acessível a todos os visitantes sem horário e sem vedação". **pág. 10**



ENTREVISTA

Flávio Almada

O Ministério Público acusa 17 agentes da PSP de terem sequestrado e torturado seis jovens da Cova da Moura, na Amadora, por motivações raciais. Flávio Almada e Miguel Reis descrevem a batalha do bairro contra a violência policial e a discriminação. **págs. 8 e 9**



A VOZ DO OPERÁRIO Espaço Educativo do Laranjeiro

Vítor Hugo Silva e Nádia Alves descrevem o processo de construção de um novo modelo de ensino e de relação com os pais numa escola que tem 145 alunos e 25 funcionários. **pág. 5**



Brasil enfrenta eleição decisiva

No próximo domingo, vai ter lugar no Brasil a primeira volta das eleições presidenciais que podem marcar o futuro daquele país latino-americano. O perigo da vitória do candidato fascista Jair Bolsonaro é um novo episódio num processo golpista que conduziu à destituição da presidente Dilma Rousseff e à prisão de Lula da Silva, impedido de se candidatar. **pág. 14**

Reforçar a ligação aos sócios

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

Tendo surgido da luta dos operários tabaqueiros contra a exploração e a miséria a que estavam sujeitos, A Voz do Operário conta com uma história de 135 anos recheada de sucessos em prol da educação e da cultura, do movimento associativo e do desporto, pugnando pela dignificação e elevação dos trabalhadores e dos seus associados.

Ser sócio d'A Voz do Operário é participar na vida de uma associação com uma história tão longa e rica e contribuir para o seu crescimento e consequentemente para o reforço do muito e reconhecido serviço prestado à comunidade.

É igualmente poder usufruir de um vasto conjunto de serviços disponibilizados pela Instituição nas áreas da educação, saúde, intervenção social, desporto, cultura e lazer.

Nos últimos anos, temos vindo a desenvolver um importante esforço no sentido do reforço do relacionamento com os sócios com vista ao estreitamento da sua ligação à Instituição e participação na vida associativa, tendo para o efeito criado a "sala associativa", um espaço de confraternização onde os sócios podem desenvolver atividades e reforçar a sua participação na vida d'A Voz do Operário.

As atividades associativas tiveram um significativo incremento, com diversas iniciativas, que mobilizaram muita gente, com destaque para os muitos jovens que participam nos diferentes eventos.

A participação nas festas populares da cidade, com a marcha infantil e os arraiais, constituem um ponto alto na participação dos sócios, desde logo na sua preparação com o muito trabalho voluntário que lhe é dedicado, mas igualmente no seu usufruto e partilha de agradáveis momentos de convívio e confraternização, em que entre uma sardinha ou um caldo verde, um fado ou outra música com que os artistas convidados nos vão brindando, lá se põem as conversas em dia, em que A Voz do Operário também é tema.

No próximo dia 14 de outubro, teremos nas nossas instalações um almoço com os sócios, onde procederemos à entrega dos cartões diamante, ouro e prata, aos sócios que em 2018 completam, respetivamente, 75, 50 e 25 anos de associado.

Assinalando-se este ano o segundo centenário do nascimento de Karl Marx, uma das mais relevantes figuras da modernidade, cujo pensamento e obra foram e são determinantes na luta emancipadora da classe operária e de todos os trabalhadores, e igualmente inserido na comemoração do 139º aniversário do nosso jornal, publicaremos em banda desenhada, da autoria de Carlos Barradas, a adaptação de uma das suas obras maiores, O Capital. Nesta obra em que Marx faz uma análise profunda do capitalismo, enquanto sistema gerador de desigualdades económicas e sociais e onde desenvolve a teoria da mais-valia, riqueza gerada pelos operários no processo produtivo que é apropriada pelos detentores dos meios de produção mostrando o carácter sistemático das crises no capitalismo e inviabilizando-o como solução para o futuro da humanidade, uma vez que nele a produção não está ao serviço da satisfação das necessidades da maior parte da população mas antes da obtenção do lucro usurpado pela classe dominante.

Este trabalho de Carlos Barradas teve uma primeira edição em 1978, em cujo prefácio Orlando Neves, indicava que através "da força comunicativa da banda desenhada" se possibilitava a massificação de um texto tido por complexo.

A Voz do Operário agradece ao autor a honrosa cedência do seu espantoso trabalho, bem como ao economista Sérgio Ribeiro o valioso posfácio que enriquece a presente edição, contribuindo assim para um maior enquadramento e compreensão do universo d'O Capital.

No próximo dia 11 de novembro, teremos a 2.ª Gala de Fado d'A Voz do Operário, que contará de novo com um elenco de grandes artistas, dando assim continuidade ao enorme êxito obtido com a realização da 1.ª Gala no ano passado.

O reforço da ligação aos sócios, dando um novo impulso à vida associativa, para além da sua participação nos muitos eventos que vamos organizando, passa igualmente pela sua contribuição na divulgação da Instituição e do seu prestigiado serviço prestado à comunidade, trazendo novos amigos a fazerem-se sócios d'A Voz do Operário.

Com o contributo de todos, garantiremos o futuro desta grande Instituição, honrando o seu passado e prosseguindo o seu rico e belo legado.

EDITORIAL

139 anos de resistência

Este jornal comemora em outubro 139 anos de existência. Que A Voz do Operário seja atualmente o mais antigo título operário em publicação é motivo de orgulho porque espelha que a resistência dos seus fundadores se expressou também no futuro. Mas, simultaneamente, também significa que a voragem da hegemonia mediática capitalista cobrou as suas vítimas. À medida que avança a concentração dos meios de comunicação social nas mãos dos grandes grupos económicos e financeiros, a voz de quem trabalha tem cada vez menos expressão. Temas como a exploração laboral, a discriminação sexual, o racismo, a gentrificação e a violência contra a soberania dos povos não cabem na agenda mediática. Hoje, como em 1879, A Voz do Operário assume-se como a voz dos que não têm voz. Sem sacos azuis do BES como os que corromperam jornalistas de publicações como o Expresso, este jornal resiste graças aos que acreditam neste projeto que dá vida a uma instituição ao serviço dos trabalhadores e da população. Este número, como os anteriores 3058, traz como punhos a verdade que nos bate todos os dias de frente. Das mulheres obrigadas a prostituírem-se para alimentar os filhos aos jovens da Cova da Moura torturados numa esquadra policial da Amadora. Da dinâmica das lutas das pessoas com deficiência à prática do desporto popular no Seixal. E, naturalmente, as notícias do trabalho que A Voz do Operário desenvolve com os seus alunos, da promoção e defesa da cultura com a 2.ª Gala de Fado e a valorização da história do movimento operário com a comemoração do segundo aniversário do nascimento de Karl Marx. Também o mundo cabe nas nossas páginas e, neste mês, cabe a esperança dos que lutam no Brasil contra o golpismo que deixou de fora das eleições o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Em vésperas de apresentação do último Orçamento de Estado da legislatura, outubro levanta-se como mês de luta. Em setembro, professores, enfermeiros e o setor do táxi estiveram em destaque, entre outros. Mas até onde é mais difícil de lutar há quem ouse semear o futuro. É o caso da operária Cristina Tavares, trabalhadora ilegalmente despedida, reintegrada por ordem do tribunal, e diariamente assediada pelos patrões da corticeira Fernando Couto, em Santa Maria da Feira. É também o caso da delegada sindical agredida por um chefe de loja do Continente em Ermesinde.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES André Levy, Bruno Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Moraes, Tiago Figueiredo
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



A VOZ DO OPERÁRIO

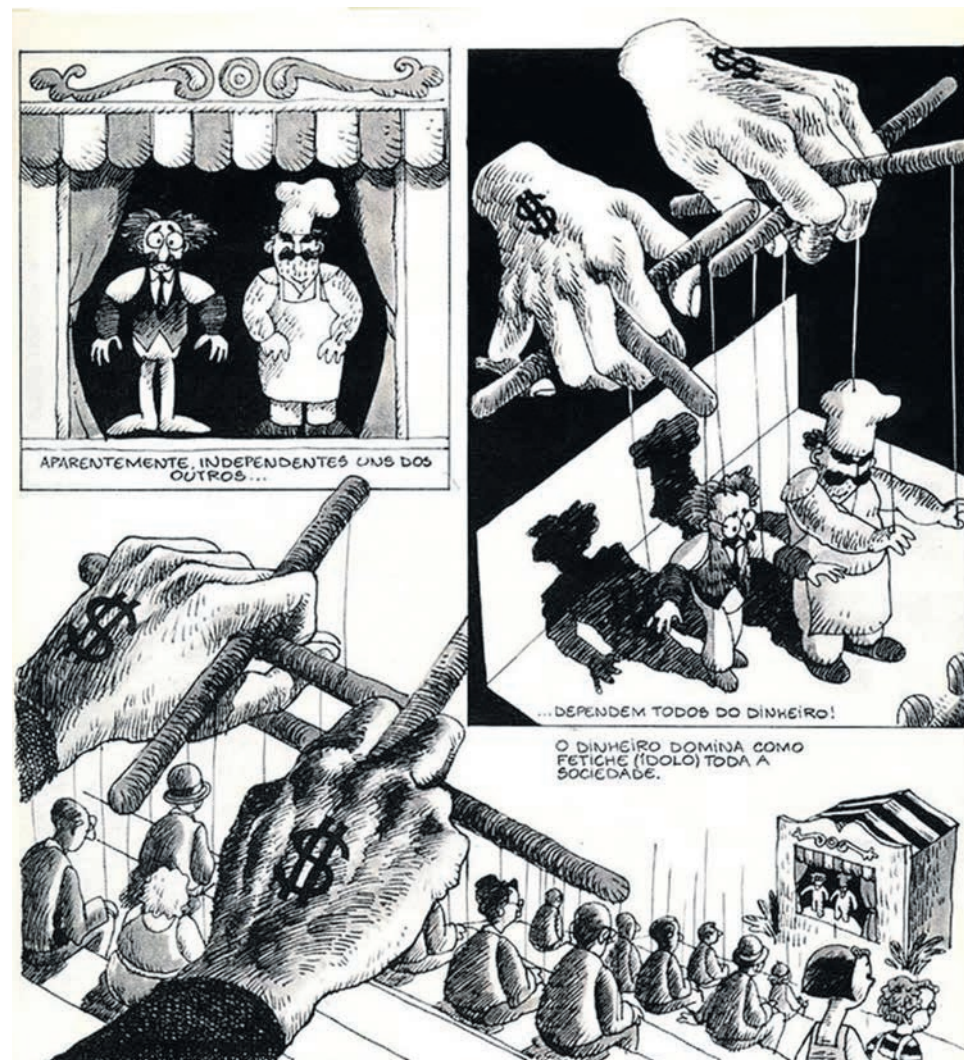
Banda desenhada assinala aniversário do jornal

A Voz do Operário vai assinalar o 139.º aniversário do jornal e o segundo centenário do nascimento de Karl Marx com a reedição do livro de banda desenhada *O Capital*, de Carlos Barradas. A adaptação da obra do revolucionário alemão foi concretizada logo a seguir à revolução de Abril e foi publicada em 1978 com o objetivo de descomplexificar o trabalho de Marx massificando-o através do desenho. Com prefácio de Orlando Neves e posfácio do economista Sérgio Ribeiro, a presente edição pretende contribuir, uma vez mais, para um maior enquadramento e compreensão dos principais fundamentos da obra. De acordo com o presidente d'A Voz do Operário, "a teoria revolucionária do marxismo inspirou e inspira a luta dos trabalhadores pela sua emancipação económica, social, política e cultural, pela edificação de uma sociedade sem exploração, por um mundo de paz". Manuel Figueiredo considera que, "tal como há 139 anos, A Voz do Operário continua a fazer eco desse belo, atual e cada vez mais imprescindível projeto".

Jornal operário com mais anos de publicação

Quando em 1879, um grupo de operários tabaqueiros se juntou para criar um

jornal que lhes desse voz, era já muito grande a inspiração de Karl Marx nos movimentos operários que então se inflamavam na luta contra as miseráveis condições de vida a que se viam votados pelo crescimento industrial que se fazia à custa das suas precárias existências. O "espetro" do marxismo pairou também por Portugal e a primeira página d'A Voz do Operário, em 14 de Outubro de 1879, assim o gravou: "a numerosa classe dos manipuladores do tabaco, despertando do letargo em que tem jazido e impelida pela necessidade, mestra da vida, fez um esforço supremo [...] para se levantar do abatimento moral que lhe sufoca as suas justas aspirações e sair do abismo para onde a sua ignorância e indesculpável inação a arremessaram". Era clara a adesão do coletivo do jornal às doutrinas socialistas e aos seus propagandistas, que tinham em Karl Marx expoente máximo. Em 1886, A Voz do Operário edita a sua primeira publicação de *O Manifesto do Partido Comunista*, obra de Marx escrita em colaboração com o seu companheiro de toda a vida, Friedrich Engels. "Como a história da nossa Instituição o demonstra, é profunda e íntima a relação de todo o universo marxista com as pedras basilares d'A Voz do Operário", afirmou Manuel Figueiredo.



O Capital, de Carlos Barradas

MÚSICA

Gala de Fado regressa à A Voz do Operário

A Voz do Operário e a produtora Música Unida, organizadores da 2.ª Gala de Fado d'A Voz do Operário, anunciaram em conferência de imprensa parte da programação do evento que se vai realizar a 11 de novembro no Salão de Festas desta instituição. De acordo com Vítor Agostinho, diretor-geral d'A Voz do Operário e Pedro Luís, da Música Unida, a Gala de Fado terá dois momentos importantes: o espetáculo com vários fadistas – nesta edição todos mulheres – e a atribuição de prémios a figuras que prestaram ou vêm prestando um papel público e notório para a história e revelação do fado enquanto expressão cultural, reconhecidas pelo seu mérito, inovação, estilo e contributo para o Fado e para A Voz do Operário. Uma estatueta simbolizando o fado, auto-

ria do artista plástico Bruno Netto, que se inspirou na fadista Maria da Nazaré, será entregue aos homenageados. Esta edição contará com a apresentação de Júlio Isidro, sócio honorário d'A Voz do Operário, e Maria João Gama. Entre as artistas já confirmadas encontram-se Ana Pacheco, Cláudia Picado, Diamantina Maria, Amélia Proença, Maria Armada, Maria da Nazaré e Teresa Tapadas.

Depois da conferência de imprensa, com a presença de dezenas de personalidades ligadas à música e ao associativismo, Marta Alves e André Gomes, duas jovens revelações do fado homenageados nesta gala na categoria "revelação", protagonizaram uma pequena sessão como rampa de lançamento do evento que se vai realizar em novembro. Esta Gala, de caráter solidário, conta com a

participação voluntária de todos os artistas e tem como objetivo a divulgação do fado enquanto expressão cultural e do reconhecimento público das suas personalidades, bem como a angariação de fundos para as necessárias obras de requalificação do Salão de Festas d'A Voz do Operário.

A ligação entre A Voz do Operário e o fado remonta à sua criação, no final do século XIX. Ao longo da história, inúmeras foram as personalidades do mundo do fado que ajudaram a manter viva uma atividade regular, através de sessões realizadas ou apoiadas por esta instituição. De igual modo, as páginas do jornal foram um espaço sempre aberto para muitos autores registarem as suas letras e defenderem o fado enquanto expressão cultural das classes trabalhadoras.

2.ª GALA DE FADO D'A VOZ DO OPERÁRIO

Data: 11 de novembro às 15h

Local: Salão de Festas d'A Voz do Operário

Bilhetes: 1.ª Plateia - 15€; 2.ª Plateia - 10€; Galerias - 7,5€

Homenageados:

Prémio Tributo - Hélder Moutinho | **Prémio Compositor** - António Chaínho | Joel Pina | **Prémio Lisboa** - Ada de Castro | **Prémio Solidariedade** - Carlos Alberto Moniz | **Prémio Popular** - Fernanda Proença | **Prémio Carreira** - Filipe Duarte | Florinda Maria | **Prémio Divulgação** - Grupo Desportivo da Mouraria | **Prémio Artes e Espetáculo** - Hélder Costa | **Prémio Poesia e Literatura** - José Luís Gordo | **Prémio Revelação** - Marta Alves | André Gomes

MOVIMENTO DA ESCOLA MODERNA



“... a Educação é mais do que escolarização.”

“Não se bate!”

Ivo Serra

Diretor Pedagógico dos Espaços Educativos do Restelo e da Ajuda

Quando pensamos naquilo que caracteriza um processo educativo, existem alguns pressupostos que, aparentemente, todos os adultos assumem como verdadeiros e inquestionáveis. “Chavões” que usamos quase sempre sem pensar, porque quando neles pensamos, quase sempre à superfície, nos parecem demasiado óbvios e, consequentemente, fechados à reflexão.

De todos os chavões, de todos os pressupostos inquestionáveis, aquele que, invariavelmente, parece mais absurdo, é o clássico “não se bate!”. Olhar para esta afirmação e continuar a achar que é viável, legítima ou até aceitável de utilizar da forma indiscriminada com que é habitualmente feita, é absolutamente avassalador. Porque, na verdade, é uma afirmação completamente alienada da realidade. Não apenas da realidade actual, mas da realidade humana, da espécie, social e do princípio de experimentação e adaptação ao mundo.

É por isso difícil de não achar que usamos esta afirmação de forma pouco reflectida, automática e descabida. Podemos desejar que as crianças pequenas não se batam, da mesma forma que podemos desejar ganhar o euromilhões, sem jogar. Em ambos os casos, contudo, o ajuste da expectativa é essencial. E no caso, sempre que falarmos de crianças pequenas, saudáveis, que habitem contextos saudáveis, isso não vai acontecer.

Existem pelo menos duas perspectivas sobre as quais um olhar cuidado é merecido. A da função adaptativa da agressividade enquanto mecanismo de comunicação; e a recorrência à agressividade e, inclusive à violência, como mecanismo absolutamente legítimo de defesa.

Por um lado, sabemos, desde há muito, haver uma correlação positiva entre as dificuldades na comunicação verbal e a agressividade. Tendencialmente, quanto menores forem as competências verbais, maior será a

recorrência à agressividade física. É por isso comum que crianças e adultos com limitações na área da comunicação verbal, sejam muitas vezes rotuladas de “perigosas”, “brutas” ou “más”. Pessoas com deficiências auditivas e intelectuais são os exemplos mais clássicos desta realidade. Na verdade, perante a dificuldade de comunicar fluentemente como a maioria das pessoas, falando, a utilização e imposição do corpo é muitas vezes o mecanismo mais eficaz para se obter o que se deseja.

Assim, a agressividade desempenha um papel central no início da vida da nossa espécie, sendo por isso expectável que as crianças comecem por utilizar o corpo como forma de se expressar.

Na maioria dos casos esta experimentação começa bem antes de se completar o primeiro ano de idade. Mas nessa fase, já muitos adultos dizem que esta ou aquela criança “bate”. E há por isso, e desde cedo, um juízo de valor feito, quase sempre desajustadamente, sobre a intenção do comportamento da criança. Na verdade é precisamente porque o adulto atribui um valor errado ao comportamento da criança que começa a condená-la. Aí, começamos a ter alguém que diz “não se bate” a alguém que, não só não está a bater, como não faz a mais pequena ideia do que lhe está a ser dito, simplesmente porque ainda não o compreende.

Este desfazamento cria, muitas vezes, uma crescente frustração no adulto. E esta frustração é, de facto, a única coisa que a criança compreende. Compreende, mesmo não sabendo explicar e elaborar, que o seu comportamento desencadeia uma reacção no adulto. Caberá por isso aos adultos olharem o comportamento da criança de outra perspectiva, influenciando as suas emoções e abrindo, consequentemente, espaço para a abordar numa lógica diferente.

A outra perspectiva prende-se com o hábito, negligente, do adulto, perante uma situação de conflito entre duas crianças, achar que o seu papel passa por dizer “não se bate!”. Muitos são os casos, principalmente em

contextos onde existem muitas crianças e poucos adultos, em que um adulto intervém num conflito, quase sempre quando este já vai na sua recta final, optando, quase sempre, pela abordagem clássica: a de tentar convencer os miúdos de que “não se bate!” Ora, como assim, “não se bate!”? E se este conflito se gerou, como em 99% dos casos, partindo da iniciativa de uma criança bater na outra, como podemos dizer a quem levou, que não se bate? Ele ou ela sabem que se bate, até porque acabaram de apanhar. Como podemos dizer a alguém que se tentou defender ou que nem chegou a fazê-lo, que não se bate? Qual de nós adultos, perante uma agressão física de outro adulto, ficará a tentar convencer o outro, enquanto leva socos, pontapés e puxões de cabelos, que os conflitos se resolvem a conversar? Ou por outro lado, como podemos dizer a alguém, com a séria expectativa de que nos oiça, e que quase tudo o que conseguiu alcançar na vida foi através da agressividade e da violência, que não se bate? E quantas vezes, perante aquele miúdo que gosta de malhar nos outros, não ficam os adultos a torcer para que algum outro, lhe acerte o passo? O que é que isto diz de nós, enquanto adultos? Que somos incoerentes, cobardes e que, afinal, acreditamos na violência. E acreditamos mesmo. Porque a violência existe e faz parte da nossa natureza.

A relação educativa que estabelecemos com as crianças, mais do que sediada na correcção de comportamentos indesejados, deverá passar pela transmissão, acima de tudo, de valores. Corrigir um comportamento passaria então a ser parte de um processo e não um fim em si mesmo.

No que à violência diz respeito, a tentativa de passar o valor de que “não se bate” é, na grande maioria dos casos, um acto de negligência. Assim sendo, deveremos antes contextualizar a utilização da violência, mais do que querer que esta se evapore. Eventualmente, poderá ser mais interessante e útil para todos que possamos passar à criança o valor intrínseco de que jamais deverá utilizar a violência como forma de oprimir outro ser. Da mesma forma e na mesma medida em que jamais se deverá deixar oprimir por outros e que, em limite, poderá e deverá usar a violência como forma de impedir ser oprimida. O valor está na sua relação com o conceito de opressão, em que a violência é apenas uma expressão desse conceito. Não educamos na base de instruir para que a criança se comporte de determinada forma, mas antes que avalie cada situação, tendo por base os valores que lhe são passados, decidindo como se deverá comportar.

Deveremos por isso ajudar crianças cujos mecanismos de opressão do outro, nomeadamente através da violência, são predominantes, a desenvolver formas mais adaptativas, justas e correctas de se relacionar com os outros e de alcançar os seus objectivos. Da mesma forma, deveremos ajudar crianças cujos mecanismos de submissão e passividade são predominantes, a desenvolver formas adaptativas, justas e correctas de se relacionar com os outros e de alcançar os seus objectivos. Se educarmos as crianças a nunca oprimir o outro e a jamais se deixarem oprimir, elas não passarão, automaticamente, a deixar de o fazer. Mas estaremos, certamente, a educá-las para se tornarem adultos mais equilibrados e estruturados. Adultos que olharão para a sociedade em que vivem com outros olhos. Terão maior tendência a regerem-se pelo respeito, por si e pelo outro e não pelo medo de eventuais consequências. E, finalmente, a perceber que são aqueles que nos oprimem e violentam todos os dias e desde sempre, os mesmos que nos fizeram acreditar que a violência é intrinsecamente má e que... não se bate!

ESCOLAS

Cinco anos d'A Voz do Operário no Laranjeiro

São onze da manhã e o Espaço Educativo d'A Voz do Operário no Laranjeiro pulsa vida. Cerca de centena e meia de crianças desenvolve atividades com educadoras e auxiliares em diferentes salas. Numa delas, cantam com Vanessa Borges, professora de música. Noutra, há quem brinque com plasticina. Mas há também alunos que ouvem uma história contada por uma mãe que decidiu tirar um dia de férias para dedicar-se a esta escola. É muito comum mas nem sempre foi assim, explica Nádia Alves, coordenadora técnica-pedagógica. A história d'A Voz do Operário, no Laranjeiro, começou em 2013 quando a instituição foi escolhida em concurso para gerir o espaço que pertence à Segurança Social. A decisão marcou um corte com o modelo pedagógico e com a gestão anterior. “Neste momento já podemos dizer que temos uma boa relação com os pais. No início, estavam enraizadas algumas práticas que eles tinham com a Segurança Social. E ao nível da comunidade, aos poucos estamos a conseguir chegar”, explica. O espaço alberga hoje 45 crianças entre o berçário e as salas de um e dois anos. O pré-escolar tem cerca de cem alunos divididos em quatro salas de grupos heterogéneos, dos 3 aos 5 anos. Os 25 funcionários, entre educadoras, auxiliares, manutenção e secretaria, tratam de que nenhum pormenor seja esquecido.

“A evolução tem passado por uma participação maior dos pais na vida da escola, maior interesse, maior disponibilidade para sugerir coisas, para estar, para participar, para se envolver”, descreve Vítor Hugo Silva, diretor pedagógico. Um desses exemplos, relata, é a festa de Natal, anualmente organizada pelos pais. “Semanas antes, juntam-se ao fim da tarde, ensaiam uma peça de teatro que eles próprios escrevem. São eles, e não os miúdos, os atores, com a nossa colaboração, obviamente, e isso acaba por criar uma relação, um entrosamento muito grande”, relata. Explica que é uma relação que se reproduz ao longo do ano e contamina outras pessoas que vão participando e que foi uma grande mudança na relação que os pais tinham com a escola. “Parte muito de um ponto fundamental que é a expectativa que os pais têm em relação à escola dos seus filhos, ao percurso e ao ensino pré-escolar ou à creche. O nosso trabalho é mudar a perspetiva de que isto é para vir cá largar as crianças para ir trabalhar, para a ideia de que é um sítio onde eles aprendem, onde constroem e onde a família é uma parte fundamental desse processo. Também são participantes”, acrescenta. A mãe que tirou o dia para contar uma história aos meninos é um exemplo, explica Nádia Alves. “É algo frequente. Nas reuniões iniciais que fazemos logo no início do ano letivo reforçamos esta questão dos pais virem às salas desenvolver uma atividade ou virem para estar com os filhos. Às vezes, temos pais que fazem bolos e outros que fazem experiências de ciências. Normalmente, é falado antes com os pais e tudo isto está integrado no processo educativo e naquilo que eles estão a aprender em cada momento. Por exemplo, esta mãe veio contar



Recreio do Espaço Educativo do Laranjeiro

uma história sobre legumes”, descreve. “É recorrente”, acrescenta Vítor Hugo Silva, “requer que os pais se envolvam, se preparem, que tomem conhecimento daquilo que estamos a fazer, da nossa forma de trabalhar. Onde dantes havia portas fechadas passaram a poder circular livremente para observarem, participarem e perguntarem. Isto torna a escola também deles”.

No início do ano letivo, o diretor pedagógico deste espaço educativo disse aos pais que A Voz do Operário valoriza as críticas, as observações e os elogios e que está sempre disponível “para ouvir tudo isso” o que implica um grau de compromisso de quem está “automaticamente responsabilizado a participar”.

Não sendo um edifício d'A Voz do Operário, há alguns obstáculos à concretização das melhorias necessárias. Superar os problemas físicos e logísticos implica envolver a Segurança Social, que é proprietária do espaço, o que nem sempre é fácil. Dentro do acordo estabelecido com o Estado, os pequenos arranjos ficam a cargo d'A Voz mas as obras estruturais não só ficam sujeitas a autorização como qualquer investimento feito não resulta em compensação posterior. Há cada vez mais gente a perguntar como pode ajudar, explicam. Demonstração disso são as jornadas anuais de trabalho solidário com este espaço. “Fazemos uma ‘patuscada’, pinta-se, arranja-se. Tem sido uma ajuda importante. Por exemplo, da última vez, pintámos todos a fachada da escola, arranjámos coisas no recreio, podaram-se árvores. Isto gera um valor que não é quantificável. São relações entre pessoas que se solidificam e reforça-se o vínculo à escola”, afirma Vítor Hugo Silva.

Semanalmente, as crianças fazem uma atividade exterior. Já foram ao sapateiro, ao mercado e aos correios, por exemplo. As saídas estão integradas no contexto letivo. Nádia Alves explica que há sempre um objetivo com cada passeio. Algo que pode parecer uma simples caminhada na rua pode ser afinal uma percurso à descoberta de determinadas figuras geométricas.

Há iniciativas coordenadas com a junta de freguesia ou com a câmara municipal e atividades em conjunto com o Centro de Dia em que os idosos se juntam aos mais pequenos em canções e jogos.

O serviço de apoio domiciliário tem cerca de 20 utentes e tem vindo a crescer, com capacidade para chegar aos 40. Numa freguesia cada vez mais envelhecida, A Voz do Operário dá apoio na alimentação e higiene dos mais idosos.

Espaço Educativo do Laranjeiro

Serviço de apoio domiciliário,
berçário, creche e pré-escolar

Alunos: 145

Funcionários: 25

Rua D. Duarte, 35, 2810-333 Laranjeiro, Almada
Horário de funcionamento: 08h00 às 19h00
Telefone: +351 210 811 276
E-mail: laranjeiro@vozoperario.pt

PROSTITUIÇÃO

Fotografia de Tiago Figueiredo - Viene y Va - www.tiagofigueiredo.com

Prostituição, uma forma de violência contra as mulheres

“Um dia, estavam dois tipos a preparar uma dose de crack na porta da entrada de uma casa e sentei-me ao lado deles e perguntei o que estavam a fazer”. É assim que o fotógrafo Tiago Figueiredo descreve como se começou a aproximar, no ano passado, de uma realidade que parece invisível mas que está à vista de todos no Intendente, em Lisboa. No coração de uma das zonas mais gentrificadas e turistificadas da cidade, acompanhou, durante vários meses, um mundo marcado pelas drogas e pela prostituição. Desse trabalho, resultaram retratos de quatro mulheres que ficaram em exposição na Casa Independente sob o título “Viene y Va”, poema de uma das fotografadas.

Bruno Amaral de Carvalho

Não foi um processo fácil. “Toda a gente me reconheceu como *outsider* e, para além disso, estava com uma câmara e assumi sempre o que sou”, explica. “É uma realidade muito dura morar à distância de uma colina de um lugar onde vi cenas terríveis. Depois, voltava a subir a colina e estava em casa na sala a ver séries na *netflix*. Era difícil mudar o *switch*.” Antes de começar o trabalho, “tinha umas ideias vagas sobre o assunto e achava que as pessoas podiam de facto querer prostituir-se. Há todo um discurso eufemístico em relação à prostituição de gente que acha tudo muito normal mas

que depois evita passar por lá com os filhos”. Esta experiência fez Tiago Figueiredo perceber “que elas não queriam estar ali, estavam ali por desespero”. Ao longo do tempo, foi percebendo que havia um “ciclo vicioso de uma série de dependências e vidas destruídas” que não seriam recuperadas “pela normalização e pela assunção da legalidade daquela atividade”. Dá o exemplo de uma mãe com dois empregos que perdeu um dos trabalhos e deixou de conseguir pagar a renda da casa. “Há um dia que se vai prostituir e começa a beber para conseguir lidar com aquilo. Entretanto, oferecem-lhe droga porque é mais potente e de repente o problema dela já não é só arranjar dinheiro para a casa, é também

arranjar dinheiro para pagar a droga”. Tiago Figueiredo considera que não se é prostituta por vocação: “Há uma fragilidade de quem tem menos dinheiro. Essa sensação de que quem tem mais pode qualquer coisa. Se precisares de um rim vais ter com alguém que te venda um rim. Mas de certeza que não vai ser o filho do Belmiro de Azevedo que te vai vender o rim. Vai ser alguém para quem essa proposta seja vantajosa. Vamos sempre bater numa questão de distribuição de riqueza”.

A experiência d’O Ninho

A trabalhar, desde 1967, com mulheres prostituídas, a associação O Ninho

coincide nos argumentos e acrescenta que “a prostituição é violência sexual, psicológica e física”. Dália Rodrigues, diretora técnica da instituição, afirma que até ao momento não conheceu uma única mulher que estivesse na prostituição por vocação, feliz ou que sendo rica tivesse optado por se prostituir. Sobre as propostas de regulamentação, é peremptória. “Não conhecemos nenhuma mulher que dissesse que se quer registar nas finanças como prostituta. Normalmente, não querem que a família saiba, nem que os amigos saibam. Para além disso, se puderem passar faturas, o cliente vai querer ter no seu registo das finanças que comprou sexo?”, questiona. Dália Rodrigues descreve o

trabalho das equipas d'O Ninho junto das mulheres que se prostituem tanto na rua como em espaços fechados. “Nós não vamos lá dizer para abandonarem a prostituição. É uma decisão que têm de ser elas a tomar. Dizemos que estamos cá e que vamos ajudar em tudo o que pudermos. Temos alojamentos e oficinas e temos um protocolo com a autarquia de Lisboa para integrar estas pessoas no mercado de trabalho”. Explica que os casos mais complicados passam pelas mulheres estrangeiras indocumentadas, muitas delas traficadas sem acesso a qualquer direito. “Sobretudo, brasileiras e nigerianas. São os casos mais frustrantes porque se demora muito a conseguir a documentação. O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras tarda muito em dar uma resposta e as pessoas estão a fazer um percurso, a sentirem-se mais integradas mas depois falta um documento que as identifique e legalize. Isso faz muito mal até a nível da saúde mental. E nós sentimo-nos impotentes”. Dália reforça que as violências a que estas mulheres estão sujeitas “são muito pesadas” e que “a prostituição não é aquela imagem de mulheres muito bonitas e muito felizes”. Quando O Ninho faz ações de sensibilização nas escolas, conta que são muito diretos com os jovens que acham que podem fazer o que quiserem com mulheres desde que paguem. “Respondemos que, se é um trabalho como outro qualquer, não se importarão, seguramente, que familiares seus ou que eles próprios sigam essa ‘carreira profissional. A nenhum deles lhe agrada a ideia’”, explica.

Test Drive

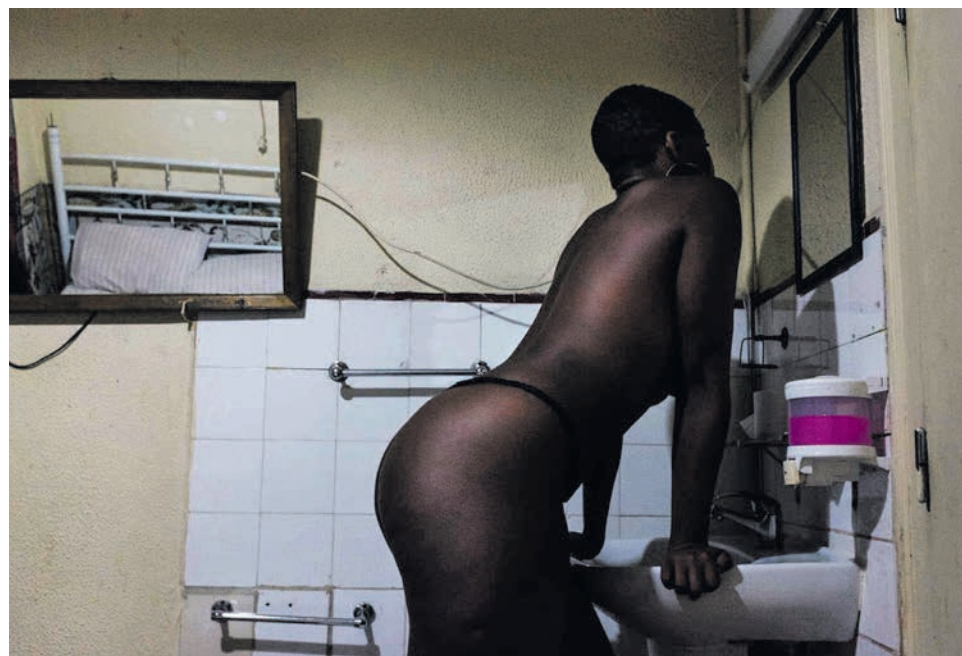
Este é o nome que os utilizadores do fórum português digital *gp-pt* dão aos relatórios detalhados que fazem das mulheres que eles próprios prostituem. Para além das secções sobre prostituição, onde podem avaliar cada uma da ‘GP’, garotas de programa, debatem alegremente sobre futebol, tecnologia, arte e cultura, saúde e bem-estar. “Pedi-me para a aviar de quatro. Acedi e coloco-me em posição e eis que senão quando levo com uma baforada vaginal do mais podre que pode haver. Algo indescritível e que apenas quem lá vá pode confirmar. Eu nunca senti algo tão podre a entrar-me pelas narinas”, esta é a descrição feita por um utilizador do fórum sobre uma mulher. Noutra TD, alguém diz: “Não caíam neste erro. De corpo, até é bonzito, mas nunca vi ninguém tão ‘morto’, tão apático sem vontade nenhuma, já para não falar que ao telefone me disse que fazia oral ao natural e quando o fez esteve 10 segundos com ele na boca e nem o arregaçou”. Avaliou o ato com dois valores, de 0 a 10. São inúmeras as descrições com este teor.

Regulamentação dispara prostituição na Alemanha

Desde que a Alemanha, em 2002, decidiu avançar com a regulamentação, a prostituição não só disparou como se deu permissão a todo o tipo de atividades sexuais em troca de dinheiro, mesmo que pondo em perigo a mulher. Muitos dos aspetos que se dizia querer fazer desaparecer com este novo enquadramento legal, continuam presentes no dia-a-dia de quem se prostitui. A falta de espaços em condições, a violência física e psicológica e a propagação de doenças. Um relatório médico elaborado pelo ginecologista alemão Wolfgang Heide, que trabalha com mulheres prostituídas, mostra que as condições de saúde são terríveis. Com 30 anos, muitas envelheceram de tal forma que têm dores abdominais permanentes, gastrite e infeções permanentes, devido às condições insalubres em que vivem e também por todo o tipo de doenças sexualmente transmissíveis. O trauma psicológico é aliviado com álcool e fármacos.

“Esta quarta-feira, estamos a organizar uma festa *gang bang* (sexo entre um grupo de homens e uma mulher) com a Tina, de 19 anos, grávida de seis meses. Custa 35 euros”. Este é o exemplo de um anúncio que dá corpo à denúncia deste médico que referiu a crescente procura de grávidas para serem prostituídas. De acordo com Wolfgang Heide, estas mulheres têm que ter relações sexuais com um número de entre 15 e 40 homens diariamente até darem à luz.

Um artigo da revista alemã *Der Spiegel* descreveu os chamados clubes nudistas ou as saunas, onde homens envoltos em toalhas caminham entre mulheres nuas e onde abriam mega-bordéis que anunciam os seus ‘produtos’ com “tudo incluído”. “Sexo com todas as mulheres pelo tempo que quiseres e como quiseres. Sexo. Anal. Oral sem preservativo. Trios. Orgias. Sexo tumultuoso”, foi o anúncio que o *Pussy Club* difundiu quando abriu as portas perto de Estugarda, em 2009. De acordo com as autoridades, cerca de 1700 pessoas aproveitaram a oferta daquele fim-de-semana e chegaram à localidade em autocarros. Depois de a imprensa local noticiar que 700 homens tinham feito fila para entrar no bordel, a internet registou inúmeras queixas sobre como as mulheres já não estavam em forma depois de terem sido usadas durante várias horas. Em 2005, o caso de uma jovem alemã que perdeu o subsídio de desemprego por recusar uma oferta de trabalho num bordel em Berlim correu o mundo. A mulher desempregada recorreu da decisão, que era legal, e finalmente as autoridades foram obrigadas a aceitar que estas propostas só teriam como destino quem procurasse trabalho nas zonas de prostituição. Já no ano passado, uma nova legislação impôs a obrigatoriedade de exames periódicos às mulheres prostituídas sem haver



Fotografias de Tiago Figueiredo - Viene y Va - www.tiagofigueiredo.com

qualquer referência a quem compra sexo, o que para alguns médicos é uma contradição. Não vale a pena controlar quem se prostitui se não se examina as duas partes, dizem.

Conferência internacional em Lisboa

A participar na *Exit*, conferência internacional sobre prostituição que se realizou em Lisboa a 21 de setembro, Hushke Mau, alemã que se prostituiu durante uma década, denunciou o modelo alemão e diz que a “força da indústria do sexo está mais forte do que nunca”. Os meninos e rapazes passaram a crescer com a ideia de que as mulheres estão à disposição dos homens em troca de dinheiro e que a Alemanha passou a ser um destino turístico sexual. Já Pers Andersson Sunesson, embaixador do governo sueco para combater o tráfico humano, considerou que a lei do seu país, que persegue o lenocínio e os clientes, fez diminuir a prostituição. “Permitir que os corpos das mulheres sejam vendidos a homens não é promover igualdade de género”, defendeu Sunesson ante a sala cheia. Referiu ainda que boa parte

das mulheres prostituídas “tinha sofrido abusos em criança, com quadros de graves problemas familiares, tendo algumas fugido de casa, sem qualquer trabalho”. A jornalista holandesa Renata van der Zee destacou que no seu país, a par da Alemanha, a regulamentação também reforça a ideia de que os jovens podem comprar mulheres que estão muitas vezes expostas em montras: “O governo holandês normaliza a exploração da mulher e isso tem impacto nas relações entre mulheres e homens”. Outra das mulheres que quiseram recordar o seu passado na prostituição foi a australiana Sabrinna Valisce que conheceu a realidade do seu país e da Nova Zelândia que está longe de ser o “paraíso do sexo”.

Caixa: A prostituição não é ilegal em Portugal. As mulheres que o pretendem podem passar recibos verdes na categoria de outras atividades e descontar para a Segurança Social e pagar impostos. O que diz a lei sobre o lenocínio? “Quem, profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos”.

FLÁVIO ALMADA

«A Cova da Moura é uma prisão de grades invisíveis»

No dia 5 de fevereiro de 2015, vários jovens, reconhecidos mediadores deste bairro da Amadora, membros da associação Moinho da Juventude, dirigiram-se à esquadra da PSP para saber da situação de Bruno Lopes, detido nessa tarde. Entre eles estavam Flávio Almada, conhecido como 'LBC', e Miguel Reis. Foram algemados, espancados e detidos. "Não sabem como odeio a vossa raça. Quero exterminar-vos a todos desta terra", ter-lhes-á dito um dos agentes. É o que consta da acusação do Ministério Público contra 18 polícias que já foram afastados daquela divisão e que estão no banco dos réus acusados dos crimes de tortura, sequestro, injúria e ofensa à integridade física qualificada, agravados pelo ódio e discriminação racial.



Flávio Almada na Associação Moinho da Juventude

Bruno Amaral de Carvalho

Qual é o seu trabalho no bairro?

Eu trabalho com jovens, dou apoio escolar e tenho algumas responsabilidades em diferentes frentes a nível institucional no Moinho da Juventude de cuja direção também faço parte.

Nasceu e cresceu em Cabo Verde. Em que medida isso influenciou o seu compromisso social e político?

Eu cresci na periferia da Cidade da Praia. Vivi em vários bairros: Eugénio Lima, Calabaceira e Safende. Era muito parecido com a Cova da Moura e até ganhou a alcunha de Chechenia. Havia gente também da Nigéria, do Gana e do

Senegal. Bebi todas essas influências. E havia o marido da minha tia que me dava livros sobre o capitalismo. Na escola, éramos muito contestatários. Fiquei lá até aos 18 anos.

Como foi chegar a Portugal?

Eu vim para estudar sociologia na Universidade da Beira Interior mas não fiquei muito tempo por várias razões de ordem material. Então, vim para a Cova da Moura onde estava a minha mãe.

É a partir daí que começa a inserir-se no movimento social do bairro e a ganhar mais consciência?

Quando comecei a trabalhar na construção civil, aprendi bastante porque estava sempre a ouvir histórias. Foi um choque ver como a exploração era tão profunda. A emi-

gração cabo-verdiana pintava a coisa de forma diferente. Eu trabalhava ali com pessoal mais velho que tinha trabalhado na J. Pimenta e contavam-me histórias de luta. Era gente sem contrato. Falavam-me de várias situações. Sobre como os patrões fugiam no final do mês e ninguém recebia. Falavam-me de como tentavam fazer alguma coisa para melhorar a sua situação e a dos bairros. Isso para mim foi muito importante e acabou por me influenciar. Há edifícios que nós construímos, por exemplo, alguns hospitais, que eram privados, e quando ficamos doentes não podemos ir lá porque não temos dinheiro. É um paradoxo. As pessoas que construíram aquilo não podem lá entrar.

Isso acontece também com quem limpa escritórios e com quem cozinha em restaurantes.

Sim, lembro-me de uma senhora que limpava numa uni-

versidade. Ela limpava gabinetes e dizia que quando as pessoas entravam não a reconheciam. Era como se ela não existisse. O africano foi transformado num corpo que deve ser explorado através de um processo muito violento. O corpo negro e o escravo são a mesma coisa. E não é só na sociedade portuguesa mas também a nível mundial.

Isso explica a forma como a polícia se comporta convosco na Cova da Moura?

Eu acho que faz parte de uma lógica que é intrínseca à forma como a sociedade está organizada. Há uma excecionalidade. A forma como a polícia atua sobre pessoas que têm determinado corpo, isso faz parte de uma lógica. Por exemplo, a Cova, e os bairros em geral, são zonas de exceção. A polícia é só a face visível. Mas depois somos também os últimos a conseguir emprego e os piores empregos. E os primeiros a ser despedidos, claro. Depois há a forma como se ensina. Os materiais escolares refletem o ensino, o projeto político que se quer para a sociedade que não nos beneficia como não beneficia todos os outros que são explorados. O Estado não é neutro. Responde aos interesses de uma elite.

E a polícia responde a essa elite?

Sim, quem é que a polícia defende? No caso dos Estados Unidos ou do Brasil, a polícia nasceu para capturar escravos. Ou estás no gueto ou estás na prisão. E o gueto é uma prisão de grades invisíveis, com *checkpoints*.

Vocês têm regularmente cercos policiais?

Sim, mas agora diminuiu um pouco com o nosso caso mas lembro-me de um episódio, para ver como as coisas estão relacionadas com o que se passa no resto do mundo e que demonstra também por que devemos estar solidários com todos os que resistem à opressão. Aquele miúdo que morreu há pouco tempo, que era rapper, o Puto G [faleceu afogado em junho no Luxemburgo], foi à Palestina e passou por um *checkpoint*. Quando alguém que ia com ele lhe perguntou a sensação, respondeu-lhe que era familiar. “É como no bairro”. São realidades extremamente diferentes mas ele ganhou mais consciência sobre a opressão que vivia na Cova da Moura.

O que significa viver num território de exceção?

Há que convencer a sociedade portuguesa de que há uma ameaça e quando se faz essa construção da narrativa para convencer a restante parte da sociedade portuguesa - porque nós também fazemos parte dessa sociedade - automaticamente é um apelo de que este sítio deve ser pacificado, que este sítio deve ser acantonado, que este sítio deve ser escrutinado, que nós representamos o elemento corrosivo da sociedade. E a sociedade reage e diz que nós devemos ser punidos. Devemos ser cercados. O medo que nos é lançado é também o medo que permite a elite estar no poder através da forma como as pessoas estão assustadas. Vivendo no bairro, naquilo a que se chama gueto, consegues ver o paralelismo com o que os imperialistas fazem porque ao assassinar a imagem de determinado espaço, cria-se a necessidade de que esse espaço seja invadido como o que aconteceu na Líbia ou na Síria. Isto numa lógica de pacificação e de civilização sobre alguém que eles disseram que é o outro, mas que até faz parte deles, criando uma fronteira artificial entre as pessoas.

Viver na cova da moura é como viver num

apartheid?

Não é uma metáfora. Quando a polícia cerca o bairro, que é a face mais visível desse *apartheid*, cria-se a sensação de que tu não pertences à restante sociedade. Cria-se uma fronteira visível. Estás na estação da Damaia e consegues ver que não consegues entrar no bairro. Se um branco tentar penetrar neste espaço vão dizer que vem para comprar droga. Isso criou um problema porque essa espécie de *apartheid* se manifesta de várias formas. Se uma pessoa vai à procura de emprego tem receio de pôr o endereço no *curriculum*. Os taxistas recusam-se a transportar gente para cá. Se um jovem for abordado em Lisboa e lhe perguntarem a morada vai dizer que mora na Buraca e eu percebo porquê. Porque quando aparece o nome da Cova da Moura são automaticamente mobilizados uma série de referências e estereótipos que fazem dessa pessoa uma criminosa. A criminalização do bairro tem também um propósito imobiliário e um propósito político para criar clivagens sociais e abrir caminho a políticas securitárias, xenófobas, anti-imigração, restrição de direitos. Até para alimentar uma indústria de vigilância. Nada disto é accidental. Faz parte de uma lógica estrutural que teve como consequência a morte de vários jovens nos bairros da Amadora. O Teti foi levado para dentro da esquadra, foi torturado e morreu no hospital [em 2004]. A polícia foi absolvida e isso significa que os tribunais validaram a morte dele. Como se não fosse uma perda, como se não significasse nada. Há uma cultura de impunidade. Ao Kuku deram-lhe um tiro na cabeça a uma distância de 20 cm quando tinha 14 anos [em 2009].

É possível haver uma mudança com a mediatização do vosso caso?

Eu tenho a obrigação de tentar ser racional. A partir dos elementos que tenho, partindo da nossa história, não tenho grandes expectativas. Eu vou como [Amílcar] Cabral. Espero o melhor mas vou preparado para o pior. Nós não estamos só a lutar contra esses 18 agentes que estão no banco dos réus. Eles fazem parte do Estado que é uma estrutura que durante muito tempo legitimou essa prática de violência.

É uma luta contra a história?

Sim e eu não sei se vai haver uma viragem. Claro que o pessoal tem esperança que se faça justiça, que o terrorismo dos fardados acabe e possa ser a primeira vez que vejam algo que devolva à população a crença nesta justiça.

Neste julgamento estiveste cara a cara com os agentes?

Não, não estive, mas mesmo que estivessem lá eu ia ser honesto da mesma forma. No julgamento, chegou uma fase em que eu comecei a chorar e não tenho vergonha disso porque somos educados para reprimir aquilo que sentimos e não foi um sinal de fraqueza. Foi basicamente naturalizar a minha humanidade. Eu não sou obrigado a reprimir quando estou a sentir dor só para dizer que eu não sinto dor. E não foi porque me torturaram. Foram lágrimas de indignação pelo que fizeram a uma pessoa com mobilidade reduzida [Rui Moniz, um dos agredidos, que teve um AVC aos nove anos e tem o braço paralisado]. Isso é crueldade e ainda por cima eles tiveram prazer em fazê-lo. É cobardia. Foi isso que me indignou. Não é que tivesse pensado em desistir. Na minha cabeça, desistir não faz parte do meu vocabulário. Eu estou todos os dias aqui no Moinho da Juventude a fazer o meu trabalho com a comunidade. Decidi não aceitar validar o sistema que nos oprime. Eles escolheram torturar-nos e nós escolhemos resistir.

Depoimento de Miguel Reis

Neste momento, trabalho com o meu pai nas obras. Para quem vem de Cabo Verde, o destino natural é trabalhar nas obras se fores homem e nas limpezas se fores mulher. Sempre frequentei o Moinho da Juventude como qualquer jovem. O Flávio Almada era meu monitor quando fomos espancados pela polícia. O que doeu mais é que eles não tem direito de espancar ninguém. Eu não gosto de ser acusado por algo que não fiz. Eles julgaram-me, bateram-me e insultaram-me. Fizeram de mim um bandido, um marginal e isso só porque sou da Cova da Moura. Nós falamos muito sobre isso. Sobre como falar com os agentes da polícia. Porque se vêm mais tensos temos de tentar resolver as coisas de forma pacífica. Eu nunca tinha entrado numa esquadra e na primeira vez que entrei fui torturado. Houve um momento em que percebi que não estava a sonhar. Estava no chão, sem um dente e a sangrar e olhei para o Flávio que também estava assim. Tinha acabado de fazer 18 anos. Agora queremos justiça.



Miguel Reis

MIRADOURO DE SANTA CATARINA

Partidos e petição exigem reabertura



Miradouro de Santa Catarina

A Câmara Municipal de Lisboa aprovou moções apresentadas pelo PCP e pelo BE para que o miradouro não seja delimitado por vedações nem venha a ter um horário de acesso. De acordo com a pági-

na *AbrilAbril*, os documentos aprovados e em reunião do executivo da Câmara Municipal de Lisboa, tiveram os votos favoráveis dos vereadores do PCP, PSD, CDS-PP e BE, e os votos contra do PS. O do-

cumento apresentado pelos comunistas reivindica que o Miradouro de Santa Catarina, mais conhecido como Adamastor, “continue acessível a todos os visitantes sem horário e sem vedação”. Simultaneamente, o PCP quer que sejam conhecidos os “estudos que consideram haver uma ‘carga excessiva’ na utilização do miradouro”, bem como o projecto de remodelação daquele local.

Os comunistas requerem ainda que se dê início a um processo de auscultação pública com o objectivo de construir um projecto de requalificação “que vá ao encontro da vontade dos cidadãos”. Também a moção do BE prevê “não encerrar, nem delimitar o espaço do Miradouro de Santa Catarina, mesmo que seja apenas em alguns horários”, salientando que o espaço deve ficar “aberto a todos/as que vivam e visitem a cidade de Lisboa, mantendo assim a sua matriz de espaço aberto e intercultural”. Os bloquistas aceitam que a gestão do espaço seja concessionada. Advertem apenas para a necessidade de “acautelar que a transmissão da posição contratual a outras entidades apenas possa ser realizada após prévia autorização por parte Câmara Municipal de Lisboa”.

Uma petição intitulada de “Por um Adamastor de todos e para todos”, foi lançada no início de setembro e já reúne mais de 3700 assinaturas. Os promotores do abaixo-assinado contestam o encerramento, em julho, do miradouro, decisão “arbitrária e autoritária”. Os subscritores pedem que as obras sejam interrompidas, permitindo que a intervenção “seja amplamente discutida em sessão pública”.

O Miradouro de Santa Catarina existe na cidade de Lisboa há 135 anos. Em 1927, foi construída uma escultura do mítico gigante dos Lusíadas, cujo nome se passou a confundir com o espaço.



... números e turistas

Toda a nossa vida atual é balizada por valores, limites, índices, percentagens, e muitas outras características numéricas.

Todos sabem que a tensão arterial não deve ser superior a 140 para a alta, nem superior a 90 para a baixa e que o temido colesterol deve ser mantido em níveis inferiores a 190 mg/dl; no comportamento cívico todos deveriam saber e cumprir que nas autoestradas não se pode ultrapassar a velocidade

de 120 km/hora e que é imprudente e ilegal conduzir com valores de álcool no sangue superiores ao que a lei admite; os impostos são calculados e cobrados em função dos rendimentos obtidos por cada um, no trabalho, nas transações e em muitos outros casos e quando as despesas do Estado se harmonizam percentualmente com as receitas do Estado, folgam governantes e governados.

Chega-se até aspetos reveladores da saúde e da estética de cada um pois é-se classificado de magro, normal, gordo ou obeso, conforme aponta o seu “índice de massa corporal”.

E isto em todos os ramos do conhecimento humano, mas talvez não tão presente como sucede no urbanismo – na arte e na ciência de ordenar os campos e construir cidades (excesso de eucaliptos por hectare, ventos superiores a 60 km/hora, temperaturas superiores a 30° graus, humidade relativa entre 20 e 50 por cento, estes são, bem sabem todos os portugueses, ingredientes para uma tragédia).

É muito vasta a lista de características numéricas a que devem obedecer o corpo e o funcionamento de uma cidade e entre todas elas se destaca a densidade habitacional (número de habitantes por hectare) pois dela se pode induzir, tanto a qualidade de vida que proporciona aos seus habitantes como a sua própria imagem.

Trata-se de um conceito civilizacional, variável com as épocas históricas ou o local do mundo onde ocorre – é diferentemente sentido, no norte da Europa, em torno do Mediterrâneo ou nos Trópicos...

E tal como a tensão arterial, pode atingir valores patológicos e ter consequências gravosas: se for demasiadamente alta causa stress nos habitantes, gorduras no corpo da cidade e pode conduzir ao colapso da vida urbana, se for demasiadamente baixa (uma cidade toda feita de moradias isoladas e iguais, por exemplo) deslaça a vida de relação e pode, igualmente, conduzir a outro tipo de stress.

Vem tudo isto a propósito da questão de saber quais as unidades métricas caso a caso, face à necessidade de limitar o número de turistas que hoje demandam as nossas cidades, os nossos monumentos, os nossos parques em função da capacidade de uso destes.

Número de camas por hectare no alojamento local? Números de visitantes por hora nos monumentos e museus? Números de habitantes por hectare e hora nos parques e zonas naturais sensíveis?

Cada coisa segundo as suas características. Vão ser necessárias muitas horas-cérebro para responder a tudo isto e oxalá que a ideia vá para a frente para o sossego de todos nós e também para quem nos visita.

Francisco Silva Dias

Transportes públicos



Táxi é transporte público

É por vezes esquecido quando se fala do táxi que estamos a falar de um transporte público, com obrigação de o prestar em condições devidamente regulamentadas, nomeadamente quanto ao alvará, com tarifas legalmente fixadas, nas condições legais para poder circular, conduzido por alguém com habilitação adequada.

Eis que surgem empresas que após implantação nalguns países do vale tudo, nomeadamente nos Estados Unidos da América, onde quem não tiver seguro de saúde se arrisca a morrer à porta do hospital, avançam para novos “mercados”.

O negócio é simples e sem riscos. Uma plataforma eletrónica para receber os pedidos de serviço, uns quantos prestadores de serviços sem qualquer vínculo, preço definido na altura, receita garantida com facilidade.

Ao chegarem à Europa encontraram algumas dificuldades, nomeadamente na Alemanha onde privilegiam os negócios da casa, mas no paraíso das portas abertas ao capital monopolista, isto é no nosso país, foram só facilidades.

Os tribunais consideraram a atividade ilegal? Ignoram-se as decisões do tribunal pois estão a atrapalhar o negócio.

Faz-se uma lei para penalizar fortemente a atividade ilegal? Ignora-se a lei.

É o primado do negócio.

Uma campanha na comunicação social mostrando as enormes vantagens do novo serviço produz os efeitos desejados, isto é, cria-se uma simpatia pela nova modalidade que até pode ser mais barata.

Esquecem-se de dizer que não têm qualquer responsabilidade no processo, que quando for oportuno ditarão as tarifas que entenderem, mas para cima.

Quem não se lembra das vantagens da privatização da EDP, que iria fazer baixar os preços da energia?

Agora descobriram que pagamos indevidamente muitos milhões de euros, mas nada dizem quanto a sermos reembolsados.

Precisamos do táxi enquanto serviço público de transportes, com regras definidas, entre as quais o preço, pelo que é importante a sua defesa.

A ameaça que essas plataformas de aluguer de veículos automóvel com condutor para serviços ocasionais representa é tal que até o presidente do município de Nova Iorque teve de lhes colocar limites.

O serviço prestado pelos táxis tem de ser modernizado, não pode de ser destruído.

Rego Mendes

SEIXALÍADA



Inauguração do evento desportivo

Desporto põe Seixal a mexer

Está a decorrer, até 11 de novembro, a 35.ª edição da Seixalíada, iniciativa desportiva organizada pela Câmara Municipal do Seixal (CMS), em parceria com as juntas de freguesia do concelho, escolas e movimento associativo, com 56 modalidades. Na inauguração, estiveram presentes mais de 3 mil pessoas no Parque Urbano de Fernão Ferro e foi anunciado também um programa específico para o desporto adaptado que, este ano, conta com o corfebol, o andebol adaptado, o boccia e o futebol para cegos, bem como com atividades de experimentação de tricycle e slalom. O calendário estende-se durante mais de um mês com novas modalidades como o duatlo. Durante o evento, o presidente da Câmara Municipal do Seixal, Joaquim Santos, referiu que “o desporto é uma área de grande importância no município, tendo em conta todos os benefícios que traz à população, em termos de saúde e também em termos de ocupação de tempos livres, sendo a Seixalíada a iniciativa desportiva popular de maior dimensão do concelho, não existindo nenhuma igual no país.” O autarca acrescentou ainda que “para além destes apoios, a CMS tem ainda participado obras de requalificação dos espaços das coletividades e associações, num investimento que ronda, nos últimos anos, mais de 4,5 milhões de euros. Entende a autarquia que a aposta que faz no desporto para todos traz benefícios para os munici-

pes ao nível da sua saúde, e promove também o lançamento de grandes atletas que iniciam a sua atividade desportiva nas coletividades do concelho, sendo este um bom exemplo que, a ser aplicado em todo o país, traria benefícios para a população nacional.

A Seixalíada é um dos pontos altos do calendário desportivo do concelho e a comprová-lo estão os números de 2017, ano em que a iniciativa somou 198 eventos, 65 modalidades e 20199 participantes, dos quais 15 334 eram do concelho. Foram ainda realizados 179 eventos de nível local, 16 de nível regional e 3 eventos de dimensão nacional. Com 35 anos de história, a iniciativa desportiva chega a 2018 com o lema “Um Projeto Singular, Uma Força Coletiva”.

Seixalíada certificada com a Bandeira da Ética

A somar a tantos outros reconhecimentos, em 2018 a Seixalíada foi certificada com a Bandeira da Ética. Este é um processo de certificação dos valores éticos no desporto, dirigido aos clubes, escolas e projetos cujo objetivo seja a promoção dos valores éticos através do desporto, conceito evidenciado com o projeto Seixalíada, no âmbito da promoção do Desporto para Todos.

TRABALHADORES

Governo admite aumentos na Função Pública



Trabalhadores da Administração Pública em luta

A menos de um mês da greve nacional da Função Pública, convocada para 26 de outubro, o governo e o PS já admitem aumentos salariais em 2019, depois de meses em que essa hipótese foi sendo afastada. Carlos César, líder parlamentar do PS, já tinha admitido aumentos “pelo menos” para os níveis remuneratórios mais baixos, em entrevista à RTP. O *Público* noticiou que o governo apresentou três propostas aos partidos à sua esquerda. Uma das propostas é aumentar os salários mais baixos da Administração Pública, o que se traduziria num aumento maior dos salários mas num universo mais reduzido – abrangendo apenas as carreiras com nível salarial de entrada. A outra ideia é aumentar menos, mas um universo maior, ainda no grupo dos salários mais baixos. A terceira proposta abrangeria todos os trabalhadores, o que representaria um valor quase simbólico tendo em conta o congelamento salarial a que a função pública está sujeita há anos.

O líder parlamentar do PCP, João Oliveira, revelou que há espaço para ir mais longe. “Daquilo que nos foi transmitido, não são apenas soluções de limitação dos aumentos, há uma solução de aumento geral dos salários para todos os trabalhadores da Administração Pública a que o governo está também aberto”, afirmou aos jornalistas. A informação foi corroborada pelo líder parlamentar do BE, que disse também ter recebido informação nesse sentido pelo executivo.

Apesar de este tema ter relação com a proposta de

Orçamento do Estado para 2019, que terá que acomodar as verbas necessárias, João Oliveira lembrou que o processo negocial decorre à margem da Assembleia da República, já que é matéria de negociação coletiva, entre os sindicatos e o governo.

Entretanto, a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública (CGTP-IN), que convocou o protesto para 26 de outubro, inscreveu no seu caderno reivindicativo um aumento de 4%, num mínimo de 60 euros por mês, a par da valorização de outras componentes, como do subsídio de refeição. Na convocatória desta forma de luta, a estrutura sindical anunciou que o faz “para tentar pressionar o Governo a garantir aumentos salariais aos funcionários públicos em 2019 e a revalorização das carreiras”. A decisão foi tomada num plenário de dirigentes e ativistas sindicais da Frente Comum, que se realizou num jardim junto à Assembleia da República, em Lisboa, e que contou com a participação do secretário-geral da CGTP, Arménio Carlos.

Já a federação sindical da UGT pretende um aumento de 3,5%, enquanto a frente sindical liderada pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado pretende uma subida de 3%.

Desde 2009 que os trabalhadores da Administração Pública não têm qualquer aumento salarial, o que resultou numa perda de poder de compra de quase 12%. A isto soma-se o congelamento das progressões nas carreiras profissionais, já desbloqueado este ano.

A VOZ dos livros



O Fogo Será a Tua Casa, de Nuno Camarneiro

Como se ultrapassa o medo, como nos libertamos, perante o absurdo da dor, dos ódios que nos cercam e esmagam? Quando nos oprimem até ao sufoco, que voz ter para suplantar os dias do terror? Nuno Camarneiro, um dos mais originais autores da Nova Prosa, diz-nos, neste seu terceiro romance, que é possível contornar o medo através das palavras, do envolvimento ficcional que as palavras operam para que o pesadelo não se torne um absoluto, realidade avassaladora anulando a esperança. O resultado é um romance inesperado, uma história que balança entre o factual e a ficção, uma versão moderna das *Mil e Uma Noites*, porque é preciso sobreviver, inventar o sol para além do cárcere e o olhar vigilante dos algozes. Parábola real sobre o fundamentalismo islâmico, sobre a ideia de deus, num jogo perigoso entre culturas e civilizações.

O escritor Nuno Camarneiro tentou, enquanto tal, cumprir a função que ao intelectual cabe, ou seja, reflectir e decodificar os labirintos históricos e políticos do Médio-Oriente, espaço onde todas as concepções civilizacionais se cruzam e combatem, cujos contornos vai muito para além da obediência fanática a uma religião, mas se configura como preocupante projecto político. Nuno Camarneiro partirá para lá como observador, será sequestrado, irá viver no meio do fogo para tentar entender a violência, a irracionalidade desse centro nevrálgico onde se operam todos os jogos e as principais estratégias sociais e económicas deste início do século XXI.

Presos ao longo de várias semanas, numa cela exígua, a aguardar o resgate que lhes salvará a vida, ou não, um escritor (Nuno), um jornalista, uma freira, um árabe, um francês, um engenheiro, um soldado americano. Recorrendo à memória, todos irão contar fragmentos das suas vidas, imaginar jogos de sobrevivência, tentar travar o tempo enquanto aguardam o resgate, a morte ou uma improvável fuga.

Quem agride quem, quem é vítima, quem é carasco? Num conflito, com diversas concepções de Deus, tudo se confunde, as razões escapam-nos tal a dimensão do trágico que habita os nossos dias: eis as interrogações que neste livro o autor nos deixa. Um grande livro.

Domingos Lobo

INCLUSÃO

25.º Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência em Palmela



Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência no Porto

A maior iniciativa do país sobre deficiência realiza-se no dia 5 de Outubro, em Palmela, sob o mote “Lutar pela inclusão, cumprir a Constituição”. A Confederação Nacional das Organizações de Pessoas com Deficiência (CNOD) espera que “centenas de participantes vindos de todo o país” encham o Cineteatro São João, no 25.º Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência, afirmou José Reis, presidente daquela organização. De acordo com o mesmo dirigente, os principais temas em debate serão saúde, educação, cultura, desporto, vida independente, acesso ao emprego e mobilidade. José Reis diz que é por isso um momento determinante na luta pelos direitos das pessoas com deficiência mas que também vão estar em cima da mesa questões transversais a toda a população. O evento termina com uma concentração ao fim da tarde para dar visibilidade às aspirações e reivindicações das pessoas com deficiência. A CNOD para além de representar 38 organizações de pessoas com deficiência, englobando todos os tipos de deficiência (intelectual, motora, sensorial e orgânica), trabalha com outras associações e movimentos. É também a representante, em Portugal, do Fórum Europeu da Deficiência e é membro efetivo do Conselho Económico e Social.

Estudos confirmam discriminação

Segundo dados dos censos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística, em 2011, a prevalência de algum tipo de deficiência ou incapacidade na população residente em Portugal com cinco ou mais anos era de

18%. Nesse estudo, a aferição dos tipos de deficiência foi feita tendo por base perguntas relacionadas com limitações funcionais como andar ou subir degraus, ver, memória ou concentração, ouvir, tomar banho ou vestir-se sozinho e compreender os outros ou fazer-se compreender. Cada inquirido podia identificar mais do que um tipo de limitação funcional mas deixava de fora outro tipo de deficiências.

Já diferentes estudos do Instituto Nacional de Reabilitação, da Provedoria de Justiça e do Eurostat mostraram que a deficiência é o segundo motivo mais apontado para a discriminação em Portugal (65%) e é aquele onde se regista a maior diferença em relação à média da União Europeia (mais 15%). Outros dados apontam para uma descida do desemprego de 18,8% para a generalidade da população, entre 2011 e 2016, e para um aumento de 26,7% entre a população com deficiência. As pessoas com deficiência representam menos de 1% do total de trabalhadores em empresas privadas e apenas 2,3% dos funcionários públicos.

Estes dados, divulgados e analisados num relatório de 2017 do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH), sinalizam os progressos alcançados na promoção da educação inclusiva, que possibilitaram a integração de 99% dos alunos com deficiência no ensino regular e o aumento do número de alunos que frequentam o 3.º ciclo e o ensino secundário, mas chama a atenção para a limitação de recursos atribuídos à concretização destas políticas, nomeadamente no que diz respeito ao número de horas de apoio técnico disponibilizado aos alunos.

Num estudo a pedido do Parlamento Europeu, o ODDH veio recomendar:

1. Aumentar o número de escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão, e escolas de ensino bilingue de alunos surdos e intervenção precoce;
2. Reforçar os suportes materiais e humanos para a escola inclusiva e a formação dos professores e outro pessoal escolar;
3. Reforçar a dotação orçamental para os apoios à educação e intervenção precoce de crianças com deficiência;
4. Desenvolver apoios para as pessoas com deficiência frequentarem o ensino superior e remover barreiras arquitectónicas;
5. Sensibilizar e informar os pais, alunos e demais profissionais das escolas para a temática da deficiência;
6. Incluir com carácter obrigatório a temática da deficiência na formação de todos os professores;
7. Promover a admissão de pessoas com deficiência como profissionais na escola de modo a facilitar a socialização para a deficiência.

BRASIL



Fernando Haddad e Manuela D'Ávila, candidatos à presidência e vice-presidência do Brasil

Eleições num país dividido

Henrique Chaves

No dia 7 de outubro, o Brasil vai a votos com a primeira volta das eleições presidenciais mais dramáticas da jovem democracia brasileira. É preciso recuar no tempo até 2016 e ao golpe ao governo da presidente Dilma Rousseff. Naquela fatídica noite golpista, assistiu-se em direto aos parlamentares brasileiros golpeando a democracia. Um a um, proferiram a razão por que votavam no “sim” pela destituição da presidente, eleita por 54 milhões de votos de brasileiros. Muitos evocavam os valores da família, dos seus entes próximos, valores cristãos (ou mesmo Deus); evocavam também, num discurso de ódio, o fim dos “valores LGBT”, o fim dos direitos das mulheres. Muito claramente, estava em jogo, o retrocesso dos direitos dos trabalhadores brasileiros, mais do que um retrocesso simples, estava em aberto a ofensiva neoliberal e fascista.

Apesar da resistência nas ruas contra o golpe, este foi certo e atingiu os seus objetivos. Michel Temer foi empossado presidente do Brasil e durante dois anos foram aplicadas medidas ultraliberais na economia brasileira. Iniciou uma onda de privatizações de

empresas estatais, desmantelou os direitos dos trabalhadores brasileiros e o Brasil mergulhou, em simultâneo, numa forte crise económica.

Também em 2016, numa declaração de voto favorável ao golpe institucional particularmente assustadora, a declaração de Jair Bolsonaro dedicou o seu voto ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, responsável por práticas de tortura durante a ditadura brasileira. Na altura, Bolsonaro ainda não era o candidato a presidente, agora em primeiro lugar nas sondagens, com 27% de intenções de voto (sondagem CNI/Ibope de 26/09/18). A importância de continuar o projeto golpista era tanta que seria preciso impedir a candidatura à esquerda do candidato mais bem colocado em termos de sondagens, neste caso a candidatura de Lula da Silva, que, primeiro, foi preso através de um processo judicial politizado e sem grandes provas. Contudo, mesmo preso, Lula apresentava-se em primeiro lugar nas sondagens, acima dos 35%, portanto, foi necessário impedir a sua candidatura, mesmo com um parecer da ONU para que Lula exercesse todos os seus direitos políticos, incluindo ser candidato a presidente do Brasil. A justiça brasileira desrespeitou esta indicação.

Chega-se a 2018 com um Brasil irreco-

nhecível social e economicamente, parece que foram bem mais do que dois anos. Contudo, este processo golpista tinha como objetivo claro a sua continuidade nestas eleições no sentido de preparar um candidato que seguisse a mesma cartilha, que continuasse o “entreguismo” do Brasil ao capital estrangeiro e a política de ataque aos direitos básicos dos brasileiros. Contudo, o cenário a que se chega é bem mais complexo.

Com todos os reveses e atropelamentos à democracia brasileira, e este cenário assustador que se vê pela frente, no último mês, Fernando Haddad, ex-candidato a vice-presidente de Lula, passou a candidato a presidente com apoio de Manuela D'Ávila (Partido Comunista do Brasil) como candidata a vice-presidente. Inicialmente, ambos apareciam nas sondagens com 4% de intenções de voto e neste momento já chegam aos 21% (sondagem CNI/Ibope de 26/09/18), estando isolados em segundo lugar nas sondagens. Se a tendência continuar a subir podem mesmo chegar à frente já na primeira volta.

Atualmente, o cenário que antecipa é cada vez mais uma competição direta entre estas duas candidaturas. Por um lado, à direita, um candidato de cariz fascista que defende a posse de armas para as “pessoas de bem”, que por mais

de uma vez já defendeu publicamente o extermínio dos militantes do PT e de esquerda, assumindo nos seus discursos uma postura racista, xenófoba, machista e homofóbica. Bolsonaro instaurou o ódio nos brasileiros. Por outro lado, temos a candidatura de Haddad e Manuela, uma candidatura que quer retomar o projeto de Lula, acima de tudo recuperar os direitos dos trabalhadores que foram destruídos nos últimos dois anos, defender os direitos das mulheres, dos negros, das pessoas LGBT, dos indígenas brasileiros, imigrantes e outros que assistiram nos últimos anos à destruição dos seus direitos e das suas vidas. Esta candidatura também é por Lula Livre, como ficou conhecida a campanha pela libertação do ex-presidente. A candidatura de Haddad e Manuela tem ganho cada vez mais amplo apoio do povo brasileiro, em simultâneo ganhando cada vez mais ódio das classes dominantes. A vitória desta candidatura é muito importante para um Brasil democrático, contudo, os brasileiros estão cada vez mais divididos; a vitória por si só não significa ultrapassar esta divisão. O futuro do Brasil é um desafio muito grande aos defensores da democracia, porque o ódio aos valores democráticos já está instaurado entre muitos.

HISTÓRIA

“Raízes da Expansão Portuguesa”

O historiador António Borges Coelho vê reeditada a sua obra *Raízes da Expansão Portuguesa*, publicada pela primeira vez em 1964, e que agora regressa às livrarias. O historiador defende, nesta obra, que a expansão portuguesa, nos séculos XV e XVI, designadamente a expansão marítima, foi impulsionada pela “alta burguesia marítima agrícola” e não pela nobreza, contrariando a visão dominante da época e a propaganda da ditadura. “Quem obriga a sociedade portuguesa a saltar por cima das barreiras marítimas, quem obriga a dar o salto, quem determina a expansão geral dos portugueses e, no caso, a conquista e o comércio com o litoral marroquino, é a alta burguesia marítima agrícola”, escreve o historiador, que se afasta das teses então defendidas que atribuíam esse impulso à nobreza, liderada pelo infante D. Henrique, filho de D. João I.

Confronto com a historiografia oficial fascista

Em 1964, o regime fascista usou a censura para mandar retirar a obra das livrarias, “duas semanas depois” do lançamento, como conta Borges Coelho na presente edição. No mesmo texto, recorda que a publicação da obra pela antiga Prelo Editora lhe valeu “uma tarde de interrogatório”, pelas forças da ditadura fascista, “com a ameaça de que lhe iriam revogar a liberdade condicional”.

Na opinião dos censores, Borges Coelho “[desvirtuava] algumas das páginas mais brilhantes da nossa História, adulterando sacrilegamente os factos e classificando de “abutres” homens que foram heróis”. As afirmações citadas são retiradas do “Auto de Declarações”, datado de 1 de Agosto, que é reproduzido na íntegra na atual edição, com a chancela da Editorial Caminho.

Esta é a sexta edição da obra em Portugal, mas a sétima em termos globais, já que, após a proibição original, “saiu em Bruxelas uma nova edição, organizada por estudantes portugueses exilados”, recorda o historiador. No entanto, continuou a ser vendida em Portugal “por baixo do bal-



cão, editaram-se exemplares copiografados, que circularam na Faculdade de Letras de Lisboa”.

Para António Borges Coelho, “em resumo, a luta entre a burguesia, assinaladamente a sua cabeça agrícola-comercial, e a nobreza feudal pelo domínio do Estado, com a força impulsionadora dominante e decisiva de uma burguesia estrategicamente na ofensiva, luta entrecortada por alianças e traições, é o verdadeiro motor da história do século XV, pelo menos e no caso da história da expansão”.

Acrescenta o historiador que esta afirmação não ignora “a ação das forças populares, camponeses e mesterais, ação que fica marcada nos principais movimentos do século”, a quem atribui “a profundidade da revolução de 1383”, outra temática em que apresentou, juntamente com Álvaro Cunhal, com quem esteve preso na Fortaleza de Peniche, uma nova leitura dos acontecimentos históricos.

Revolução de 1383

Para Borges Coelho, os acontecimentos que se sucederam à morte do rei D. Fernando foram mais do que uma crise social e política, mas uma revolução liderada pelas forças populares e burguesas, que se emanciparam. “Ao longo do século XV”, escreve o historiador, a burguesia irá “defender a paz com Castela, mas, graças à concorrência no campo económico, diplomático e colonial”, acabará por “impor o avanço pelo oceano, em busca do ouro, escravos, das tintas, das novas bases e de terras virgens sem senhor para assegurar, por fim, o acesso e o domínio das fontes das especiarias orientais”.

Para o historiador, a expansão dos portugueses manteve “este rumo”, em que dominou a “alta burguesia marítima agrícola”, e, no reinado de D. Afonso V (1448-1481), a burguesia irá “interessar-se pela hegemonia ou uma posição reforçada numa Península [Ibérica] reunificada sob o ceptro da casa real portuguesa”.

António Borges Coelho, nascido em Murça, em Trás-os-Montes, há 89 anos, estreou-se editorialmente, em 1962, com um livro de poesia, *Roseira Verde*, ao qual se seguiu *Raízes da Expansão Portuguesa* (1964), tendo ainda publicado ensaios historiográficos, obras de poesia, teatro, romance e biografias. Tem em curso a publicação de uma *História de Portugal*, atualmente com seis volumes. Foi também homenageado pela *A Voz do Operário* em 2004 recebendo o título de sócio honorário. Este ano, prefaciou o livro do 135.º aniversário da instituição.

Sugestões culturais:

Festa do Cinema Francês



De 4 a 14, a 19ª edição chega, este mês, ao Cinema São Jorge. O padrinho do evento é Jean-Paul Rappeneau, realizador e argumentista. *La Vie du Château*, *La Sauvage* e *Cyrano de Bergerac*, que será o filme de abertura, são algumas das suas obras, já bem conhecidas do público português.

Abel Manta



A Galeria Valbom celebra os 40 anos da publicação do conjunto de desenhos agrupados sob o título “Caricaturas Portuguesas dos Anos de Salazar” e os 90 anos do artista João Abel Manta, um dos mais importantes artistas gráficos portugueses do último século. A exposição está patente até dia 10 de novembro.

A ilha de plástico



Uma peça de teatro para crianças e famílias sobre a importância da reciclagem. Ples e Lusco são dois seres que habitam no meio de um oceano, num lugar diferente. Para o salvar, têm de meter mãos à obra e reciclar para fazer desaparecer a ilha de plástico. É no dia 21 de outubro, às 11h, no Palácio Foz e a entrada é livre.

Fausto



Concerto no Centro Cultural de Belém. No dia 26, Fausto Bordalo Dias, apolo-gista da música e da cultura em português, revisita cada um dos discos que compõem a sua trilogia sobre a diáspora lusitana, cujas obras, *Por este rio acima*, *Crónicas da terra ardente* e *Em busca das montanhas azuis* são uma referência da música popular portuguesa.

ONU

Discurso bélico de Trump marca Assembleia-Geral

O presidente norte-americano Donald Trump marcou a Assembleia-Geral das Nações Unidas com ameaças a vários países. O inquilino da Casa Branca anunciou novas medidas de bloqueio económico contra a Venezuela depois de ter sugerido um golpe militar contra o governo de Nicolás Maduro. Trump apelou ainda ao isolamento do Irão que diz ser responsável por uma agenda de “agressão e expansão” contra os países vizinhos. Segundo o líder norte-americano, Teerão financia a produção de armas nucleares, o terrorismo e a repressão. Acusou ainda o país de apoiar o governo sírio e a resistência no Iémen.

Outro dos alvos do presidente norte-americano foi a

China e o desequilíbrio comercial que “não pode ser tolerado” e pediu ainda aos países-membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) que reduzam os seus preços. O representante dos Estados Unidos teve ainda tempo para atacar os órgãos internacionais afirmando que não reconhece a legitimidade, nem a jurisprudência do Tribunal Penal Internacional e elogiou os países que “buscam as suas próprias visões” e deu os exemplos da Índia, Arábia Saudita e Polónia. Donald Trump, que decidiu que o seu país abandonasse o Conselho de Direitos Humanos da própria ONU, exaltou o patriotismo e afirmou que “a América é governada pelos americanos”.

ÓBITO



Obra icónica de Helena Almeida

Morreu a artista Helena Almeida

A artista plástica Helena Almeida, de 84 anos, morreu, no passado dia 27 de setembro, na sua casa, em Sintra. Nascida em Lisboa, em 1934, formou-se em Pintura na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa em 1955. Criou, a partir dos anos 60, uma obra multifacetada, sobretudo na área da fotografia, tornando-se uma figura destacada no panorama artístico português contemporâneo. De acordo com a *Agência Lusa*, foi em 1964, em Paris, que a artista realizou parte dos seus estudos, através de uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian, e começou a descobrir a sua faceta na arte abstrata. As obras que criou nesse tempo foram, aliás, um espelho desse período, marcado pelos jogos de inter-relação entre espaços interiores e exteriores. Quando voltou a Portugal, em 1967, realizou a sua primeira exposição individual, na Galeria Buchholz, onde questionou “o espaço pictórico e explorou os limites físicos da pintura, problemática que viria a ser desenvolvida na sua obra futura”, recorda o Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado, na sua página oficial. No final dos anos 60, Helena Almeida começou a transpor nas suas obras o desejo de autorrepresentação: uma reflexão sobre si própria “e sobre as relações

de tensão entre o corpo, o espaço e a obra”, tendo ganho reconhecimento internacional no final da década de 70. Dos vários prémios que recebeu destacam-se o 1.º Prémio de Desenho em Coimbra, em 1969, o Prémio da 11.ª Bienal de Tóquio e o Prémio da Fundação Calouste Gulbenkian, em 1984 e o Prémio BESphoto, em 2004. A partir do estúdio, que era do seu pai, o escultor Leopoldo de Almeida, a artista começou a desenvolver o trabalho fotográfico. Foi, aliás, nos anos 90 que a fotografia passou a ser o seu meio de eleição, com uma escala de cores predominante: o azul, o vermelho ou o preto.

A sua exposição “O Outro Casal, Helena Almeida e Artur Rosa”, centrada nos registos em que aparece com o marido, também artista, Artur Rosa, esteve patente desde junho até ao dia 9 de setembro, na Fundação Arpad Szenes Vieira da Silva, em Lisboa.

Já em Madrid foi inaugurada a mostra “Dentro de mim”, de Helena Almeida, no passado dia 20, na galeria madrilenha Helga de Alvear. Na semana passada, Helena Almeida tinha acabado de inaugurar uma exposição com obras novas na Galeria Helga de Alvear, em Madrid, a sua representante em Espanha. Neste momento, a artista tem uma exposição na Tate Modern em Londres.

A Voz do Operário há 100 anos

O nosso aniversário

Passa mais um aniversário d’*A Voz do Operário*. O que foi essa tentativa ousada, temol-o dito aqui, nas columnas d’este jornal, por mais d’uma vez, mas nunca é demais repetil-o, para fazer resaltar o sacrifício, a abnegação, o altruísmo, dos camaradas d’essa época, e para incitar a classe operaria a novos cometimentos.

A situação dos manipuladores de tabaco era das mais cruciantes. Os seus salários eram infimos, exiguos, não lhes chegando para as mais urgentes necessidades da vida, e as empreitadas pagas por um preço arrastadíssimo. Além d’isso, os operários não eram tratados dentro das officinas, roças onde o Capitalismo imperava, com o respeito e a consideração que deveriam merecer os productores de toda a riqueza social. Tinha-se lançado, no celebre comício de Londres, os cimentos para a fundação da Internacional; tinha-se realizado a revolução communalista de Paris, a primeira revolução genuinamente popular; e o éco d’estes dois grandes acontecimentos, d’uma grande transcendencia internacional, chegara até nós. Elementos da classe dos manipuladores de tabaco foram dos primeiros a aceitar e a commungar nas novas idéas, destinadas um dia a uma ampla transformação social. Assim, não admira que entre a classe lavrassem uns frémios de revolta contra a exploração de que ella era victima, tanto mais que, enquanto os manipuladores se debatiam na mais extrema miseria, á sua custa faziam-se fortunas fabulosas - essas fortunas fabulosas que nós cognominamos de roubos felizes.

D’este sentimento de revolta, da comprehensão nitida das origens d’este mal-estar social, nasceu a fundação d’*A Voz do Operário*. Logo no seu primeiro numero, Custodio Braz Pacheco, de quem todos, os que aqui teem trabalhado, se recordam com saudade, lhe imprimiu a orientação e o criterio que ella devia seguir. Outros se lhe seguiram e essa orientação é hoje ainda a dos primeiros dias, podemos dizel-o com este orgulho natural d’aquelles que se comprazem na defesa dos interesses dos seus camaradas, que é a defesa dos seus proprios interesses. *A Voz do Operário* não foi fundada simplesmente para a defesa dos manipuladores de tabaco. Fazel-o, seria d’um egoismo imperdoavel. Ella consagrou-se, desde o seu primeiro numero, á defesa de todos os salarizados.

Outubro de 1918